



Frente Mineira
de
Prefeitos

TERMO DE ADESÃO

Pelo presente instrumento legal, eu Anterio Manica, Prefeito Municipal de Unaí – MG, formalizo a associação do Município à Frente Mineira de Prefeitos, CNPJ nº 06.284.833/0001-08, expressando conhecer e respeitar o seu Estatuto.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2009.

Anterio Manica
Prefeito Municipal de Unaí

ATA DE ASSEMBLÉIA

Aos dois dias do mês de abril de 2009, após convocação inclusive via jornal, reuniram-se os Prefeitos ligados à Frente de Prefeitos Mineiros (FMP) em Assembléia Geral para Eleição e Posse da nova diretoria da entidade. O presidente da FMP, Bonifácio Mourão, ex-prefeito de Governador Valadares, após a composição da mesa dos trabalhos, relatou sobre a atuação da FMP durante seu mandato e da necessidade da transmissão da diretoria uma vez que não é mais prefeito e seu mandato se esgotara. E, considerando que apenas uma chapa manifestou interesse em assumir a direção da entidade, conforme publicado em jornal, o presidente Bonifácio Mourão propôs que se completasse a chapa e a partir daí, por voto direto dos Prefeitos presentes, se elegeisse, os membros da Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, Coordenadores Regionais, Tesoureiro, Conselho Fiscal e Suplentes. Colocado votação, a proposta foi aprovada à unanimidade. Colocada em discussão a questão, foram discutidos os nomes para complementação da chapa e em seguida ocorreu a eleição, direta e secreta. Após a apuração dos votos, constatou-se que, à unanimidade foram eleitos nesta oportunidade os seguintes prefeitos: Presidente – Paulo César Silva – Prefeito de Poços de Caldas; Vice-Presidente – João Izael Querino – Prefeito de Itabira; Tesoureiro – Eduardo Antônio Carvalho – Prefeito de Varginha; Coordenadoria Regional do Centro Oeste – Vladimir Faria de Azevedo – Prefeito de Divinópolis; Coordenadoria Regional do Jequitinhonha e Mucuri – Maria José Hauaisien – Prefeita de Teófilo Otoni; Coordenadoria Regional do Norte – Luiz Tadeu Leite – Prefeito de Montes Claros; Coordenadoria Regional do Noroeste – Antério Mânica – Prefeito de Unaí; Coordenadoria Regional da Zona da Mata – Custódio Mattos – Prefeito de Juiz de Fora; Coordenadoria Regional do Triângulo e Alto Paranaíba – Públio Chaves – Prefeito de Ituiutaba; Coordenadoria Regional Sul e (sudeste) Sudoeste – Prefeita Jussara Menicucci – Prefeita de Lavras; Coordenadoria Regional Central – Mario Marcio Campolina Paiva – Prefeito de Sete Lagoas; Coordenadoria regional Metropolitana – Willian Borges – Prefeito de Sabará; Coordenadoria Regional do Rio Doce – Geraldo Hilário Torres – Prefeito de Timóteo; Conselheiros Fiscais – Saulo Faleiros – Prefeito de Monte Carmelo; - Agnaldo Perugini – Prefeito de Pouso Alegre; e José Hernani Silveira; e por fim foram eleitos como suplentes: Marcos Coelho – Prefeito de Araguari; Jeová Moreira – Prefeito de Araxá e Maria Beatriz Savassi – Prefeita de Patos de Minas. Uma vez proclamados, os prefeitos eleitos, pelo então presidente Bonifácio Mourão, este deu posse a cada um dos eleitos acima proclamados. Uma vez empossado, foi passada a condução da mesa ao novo Presidente Paulo Cesar Silva, que agradeceu a confiança de todos e tratou de diversos assuntos que dizem respeito à direção da entidade e abrindo o microfone, ouviu diversas sugestões dos presentes. Na oportunidade, foi colocada em votação e aceita à unanimidade a proposta de anistia dos então inadimplentes com a entidade, com a condição que os mesmos passem a contribuir mensalmente com a entidade, de forma regular. Também foi proposta a alteração temporária do valor das mensalidades da FMP para R\$ 1.000,00 (hum mil reais) de contribuição mensal, de abril de 2009 até que seja feito um estudo de custos e que na próxima Assembléia seja fixado o valor da contribuição mensal definitiva da entidade. Após essas deliberações e a sua aprovação, o presidente consultou ao presentes se ainda gostariam de fazer uso do microfone, não apresentando interessado, o Presidente deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que a partir de agora será assinada por todos os presentes.

Bonifácio Mourão – ex-presidente
 Paulo Cessar Silva – Poços de Caldas
 Ademir dos Santos Peres – Andradas
 Jussara Menicucci de Oliveira – Lavras
 Vladimir Faria de Azevedo – Divinópolis
 Eduardo Antônio Carvalho – Varginha
 Laudelino Augusto dos Santos Azevedo – Itajubá (vice-prefeito)
 Maria José Hauaisein Freire – Teófilo Otoni
 Geraldo Antônio Lage Pessoa – Belo Horizonte
 Humberto Fernandes Maciel – Monte Belo (sul)
 Saulo Faleiros Cardoso – Monte Carmelo
 Nadab E. Abelin – Sete Lagoas
 Robson Gomes da Silva – Ipatinga
 Antério Mânica – Unaí
 Agnaldo Perugini – Pouso Alegre
 Públio Chaves - Ituiutaba



ESTATUTO DA FRENTE DE PREFEITOS MINEIROS

ALTERADO CONFORME ASSEMBLÉIA DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **Frente de Prefeitos Mineiros** é uma entidade de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que visa congregar municípios mineiros; voltada à cooperação institucional, técnica, administrativa e jurídica entre os municípios associados, com finalidade de promover o aprimoramento da administração pública municipal no Estado.

§1º - Esta Associação manterá absoluta neutralidade político-partidária e repudia qualquer discriminação religiosa, racial, social ou ideológica.

§2º - A Associação tem seu exercício social coincidente com o ano civil, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente, tendo sede e foro em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.

§3º - Esta associação municipalista usará legalmente a denominação, **FRENTE DE PREFEITOS MINEIROS** e terá sede no Município de Belo Horizonte, na Rua Santa Rita Durão, 74, conjunto 204, Bairro Funcionários.

CAPÍTULO SEGUNDO

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 2º - A **Frente de Prefeitos Mineiros** é constituída pelos municípios do Estado de Minas Gerais que são seus membros fundadores, identificados como “Cidades-pólo” e poderá ser integrada por outros municípios do Estado que possuam população igual ou superior a 35.000 (trinta e cinco mil) habitantes na data da adesão à entidade, conforme censo ou estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por municípios de menor porte, desde que apresentados e avalizados por membro fundador da entidade.

§1º - A associação à **Frente de Prefeitos Mineiros** será formalizada mediante assinatura de Termo de Adesão pelo Prefeito Municipal.

§2º - A associação de municípios de menor porte sempre terá sua permanência vinculada ao mandato do Prefeito Requerente.

CAPÍTULO TERCEIRO

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Artigo 3º - A **Frente de Prefeitos Mineiros** tem como objetivos e finalidades principais:

- I. Defender o princípio constitucional da autonomia municipal;
- II. Defender e promover os interesses, objetivos e necessidades dos municípios na interlocução com o Poder Executivo, Judiciário e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e seus membros, na esfera estadual, e com o Poder Executivo, Judiciário, com a Câmara de Deputados e o Senado, na esfera federal, bem como as empresas e quaisquer instituições de natureza estatal;

- III. Defender e promover os direitos dos municípios, quando desrespeitados ou ameaçados, nas instâncias do Poder Judiciário;
- IV. Defender e promover os interesses, objetivos e necessidades dos municípios na interlocução com a sociedade civil, em seu todo, e com as organizações não governamentais, as empresas privadas, a imprensa e os cidadãos, especificamente;
- V. Promover a realização de estudos, congressos, seminários, palestras, encontros e outros eventos e ações direcionadas ao aprimoramento da Administração Pública, a eficiência e a eficácia dos serviços públicos e o desenvolvimento social, humano, político, econômico e urbano dos municípios;
- VI. Subsidiar os Municípios associados com estudos técnicos e publicações direcionadas para o desempenho eficiente da função pública;
- VII. Articular programas e projetos de cooperação internacional a serem desenvolvidos pelos municípios associados;
- VIII. Cooperar com outras entidades representativas dos municípios, para a consecução de objetivos comuns.

Parágrafo Único – Para realizar estes objetivos, a **Frente de Prefeitos Mineiros** adotará os seguintes procedimentos:

- I. Celebrar ato formal de parceria, convênios, contratos, termos de ajuste e outros instrumentos legais com organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas;
- II. Associar-se a outras entidades de objetivos afins no plano nacional e internacional;
- III. Produzir, publicar, editar, expor e divulgar materiais impressos, fotográficos, áudio visuais, de gravação magnética ou ótica, programas de rádio, televisão e outros meios;
- IV. Documentar e difundir todas as atividades com sua participação.

CAPÍTULO QUARTO DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º - A **Frente de Prefeitos Mineiros** é constituída das seguintes instâncias:

- I. Assembléia Geral
- II. Presidência e Vice-presidência
- III. Coordenadorias Regionais
- IV. Tesouraria
- V. Secretaria Executiva
- VI. Conselho Fiscal

CAPÍTULO QUINTO DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 5º - A Assembléia Geral é a instância máxima, deliberativa e soberana da **Frente de Prefeitos Mineiros** sendo composta pelos Municípios associados, em pleno gozo de seus direitos na entidade.

§ 1º - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, por um Coordenador Regional indicado pelo Presidente.

§ 2º - O Município será representado na Assembléia Geral pelo Prefeito Municipal ou seu Vice-Prefeito, sendo que este deverá apresentar ofício de lavra do Prefeito para representa-lo, que será retido em ata.

§ 3º - Todas as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas mediante aprovação por votação dos Prefeitos dos Municípios associados ou seus Vice-Prefeitos presentes, excluído o Presidente da Reunião em processo de maioria simples.

§ 4º - Em caso de igualdade de votos em votação da Assembléia Geral, o Presidente dará o voto de desempate, excluídas as votações para eleição da entidade.

§ 5º - O Município em débito nas contribuições com a entidade não terá direito a voto na Assembléia Geral.

Artigo 6º - Compete à Assembléia Geral:

- I. Aprovar o Estatuto da **Frente de Prefeitos Mineiros** e suas alterações;
- II. Eleger, por voto direto dos Prefeitos ou Vice-Prefeitos presentes, os membros Diretoria – Presidente, Vice-Presidente e Coordenadores Regionais – e do Conselho Fiscal;
- III. Deliberar sobre os objetivos e ações da entidade;
- IV. Deliberar sobre proposições dos associados à entidade;
- V. Fixar as contribuições dos Municípios à Entidade;
- VI. Apreciar e deliberar sobre o relatório anual de atividades da Coordenação Geral e sobre os demonstrativos fiscais e financeiros do exercício fiscal;
- VII. Deliberar sobre a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes de natureza administrativa com entidades públicas e privadas;
- VIII. Aprovar o calendário anual de atividades da entidade;
- IX. Autorizar a aquisição e a alienação de bens;
- X. Deliberar sobre a dissolução da entidade.

Artigo 7º - A Assembléia geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreciar o relatório da Diretoria Geral
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 8º - A Assembléia geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo Presidente
- II. Pelos Coordenadores Regionais
- III. Pelo Conselho Fiscal
- IV. Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 9º - A convocação da Assembléia Geral se dará por afixação de edital na sede social da entidade e, concomitantemente, com o envio de comunicação oficial, por escrito, aos associados.

Artigo 10 - O quorum mínimo para a Assembléia Geral será de 1/3 dos associados em pleno gozo de seus direitos, em primeira convocação, trinta minutos após a primeira.



CAPÍTULO SEXTO DA DIRETORIA GERAL

Artigo 11 - A Diretoria Geral da **Frente de Prefeitos Mineiros** é exercida em conjunto pelo Presidente e pelos Coordenadores Regionais, com mandato de 2 (dois) anos , vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Artigo 12 - O Presidente e os membros da Coordenação não terão a sua função remunerada, serão eleitos pela Assembléia Geral e estão subordinados às suas deliberações, nas formas previstas no presente Estatuto.

Parágrafo único – É vedado ao Presidente e aos membros da Coordenação o custeio pela **Frente de Prefeitos Mineiros**, de gastos efetuados em viagens realizadas a serviço da entidade.

DA PRESIDÊNCIA

Artigo 13 - Compete ao Presidente:

- I. Exercer as atividades inerentes à gestão administrativa e financeira da entidade;
- II. Representar a entidade ativa e passivamente, inclusive judicialmente;
- III. Convocar e presidir as Reuniões Gerais;
- IV. Participar de eventos do interesse da entidade;
- V. Convocar e presidir reuniões preparatórias para as Reuniões Gerais;
- VI. Designar um dos Coordenadores Regionais para substituí-lo em ocasiões em que não puder, justificadamente, exercer suas funções, inclusive na Presidência de Reuniões Gerais;
- VII. Deliberar sobre a seleção, a contratação e a dispensa do Secretário Executivo e dos demais funcionários da entidade;
- VIII. Deliberar sobre as ações da Coordenação Geral, com a observância das deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 13-A - Compete ao Vice-presidente exercer as competências do Presidente na ausência deste.

DAS COORDENADORIAS REGIONAIS

Artigo 14 - Compete aos Coordenadores Regionais:

- I. Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- II. Participar das reuniões e atividades da Presidência;
- III. Coordenar os estudos e as ações da entidade, relativos a questões de natureza regional.

Artigo 15 - Ficam estabelecidas as seguintes Coordenadorias Regionais:

- I. Coordenadoria Regional do Triângulo e Alto Paranaíba
- II. Coordenadoria Regional do Sul e Sudoeste
- III. Coordenadoria Regional Central
- IV. Coordenadoria Regional do Centro Oeste
- V. Coordenadoria Regional do Rio Doce
- VI. Coordenadoria Regional do Jequitinhonha e Mucuri



- VII. Coordenadoria Regional do Norte
- VIII. Coordenadoria Regional do Noroeste
- IX. Coordenadoria Regional da Zona da Mata
- X. Coordenadoria Regional da Região Metropolitana

CAPÍTULO SÉTIMO DA TESOURARIA

Artigo 16 – Compete ao Tesoureiro:

- I. Desempenhar as tarefas inerentes à arrecadação das receitas e a realização das despesas da Frente de Prefeitos Mineiros.
- II. Auxiliar o contador na escrituração das contas da Frente de Prefeitos Mineiros
- III. Apresentar relatórios de receita e despesa, sempre que solicitados
- IV. Apresentar relatórios e balancetes ao Conselho Fiscal e Assembléia Geral;
- V. Tomar as providências inerentes à realização das despesas da Frente de Prefeitos Mineiros, tais como:
 - a) Assinar cheques;
 - b) Assinar os balanços e balancetes;
 - c) Avaliar constantemente os gastos da associação;
 - d) Zelar pelo correto uso dos recursos financeiros arrecadados.

CAPÍTULO OITAVO DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 17 - A Secretaria Executiva é a instância técnico-operacional e administrativa da **Frente de Prefeitos Mineiros** que tem como objetivo dar suporte às atividades das demais instâncias da entidade.

Artigo 18 - A Secretaria Executiva é composta por um Secretário Executivo e pelo corpo de funcionários da entidade.

Artigo 19 - Os componentes da Secretaria Executiva serão remunerados e manterão vínculo com a entidade de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único – Os vencimentos dos componentes da Secretaria Executiva e eventuais reajustes serão propostos pela Presidência na Assembléia Geral e submetidos à sua deliberação.

Artigo 20 - Compete à Secretaria Executiva:

- VI. Desempenhar as tarefas inerentes à realização da gestão da entidade e à consecução dos seus objetivos, subordinadamente à Presidência;
- VII. Tomar as providências inerentes à preparação e à realização das Reuniões Gerais e das demais reuniões da entidade.
- VIII. Desempenhar as tarefas inerentes à arrecadação das receitas e a realização das despesas da **Frente de Prefeitos Mineiros**, subordinado à Presidência;

CAPÍTULO NONO



DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos da entidade, e igual número de suplentes, que não terão remuneração pela função, todos eleitos pela Assembleia Geral, juntamente com os membros das Coordenadorias Regionais e o Presidente, e tem como finalidade controlar e aprovar a contabilidade, fiscalizar a gestão do patrimônio e gestão financeira, e emitir parecer à Assembleia Geral sobre tais matérias.

CAPÍTULO DÉCIMO DAS ELEIÇÕES

Artigo 22 - O Presidente, o Vice-presidente e os membros das Coordenadorias Regionais e do Conselho Fiscal da entidade serão eleitos em votação da Assembleia Geral, em sessão única, obedecidas as disposições do presente Estatuto.

Artigo 23 - Poderá candidatar-se a cargo eletivo na entidade qualquer Prefeito de Município associado, em pleno gozo de seus direitos, até 10 (dez) dias antes da data final para inscrição das candidaturas dos membros da Coordenação Geral e do Conselho Fiscal.

Artigo 24 - A convocação das eleições e as datas de inscrição de candidaturas serão definidas pela Assembleia Geral.

Artigo 25 - Todos os procedimentos de convocação e realização das eleições para a Presidência, Coordenadorias Regionais e Conselho Fiscal, devem ter como princípio a lealdade eleitoral.

§1º - Em nenhuma hipótese é permitida a realização de eleições sem um prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a publicação das chapas concorrentes, em um Jornal de grande circulação no Estado e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e a realização das eleições propriamente ditas.

§2º - É expressamente vedado, sob pena de nulidade de suposta eleição válida, qualquer expediente que implique na realização das eleições sem respeitar o interstício de 10 (dez) dias entre a publicação das chapas concorrentes, e a realização das eleições.

§3º - Mesmo na hipótese de registro de chapa de consenso, chapa única, a mesma deve ser publicada e respeitado o prazo de 10 dias para homologação daquela chapa.

Artigo 26 - Só serão considerados eleitores aptos, os Prefeitos ou Vice-Prefeitos cujo município é associado e esteja adimplente com a **Frente de Prefeitos Mineiros** há pelo menos 10 (dez) dias antes da data final para a realização da eleição dos membros da Coordenação Geral e do Conselho Fiscal.

§1º - No caso do Vice-Prefeito representar o Município, este deverá apresentar ofício de lavra do Prefeito para votar em seu nome, que será retido em ata.

§2º - No dia da votação, o Prefeito ou Vice-Prefeito, no caso da ausência do primeiro, deverá apresentar documento de identidade para votar.

Artigo 27 - As eleições se processarão por escrutínio secreto, observando o princípio majoritário e tendo cada integrante direito a 01 (um) voto, obedecido o disposto no Art. 26 deste estatuto.



DO MANDATO

Artigo 28 - O Presidente, o Vice-presidente, os Coordenadores Regionais e os Conselheiros Fiscais da entidade terão mandato com duração de dois anos, sendo permitida a candidatura à uma reeleição.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a primeira diretoria terá mandato até 31 de janeiro de 2005 e a diretoria empossada na Assembléia de dezessete de março de 2006 terá seu mandato estendido até as eleições de março de 2009.

Artigo 29 - Em caso de renúncia do Presidente ou do(s) membro(s) da Coordenadoria Regional ou do Conselho Fiscal, ou em caso de vacância do cargo por qualquer motivo, será convocada a Assembléia Geral para deliberação sobre o assunto.

CAPÍTULO DÉCIMO-PRIMEIRO DOS DIREITOS E DEVERES

Artigo 30 - Serão direitos dos Municípios associados à entidade:

- I. Participar da Assembléia Geral através de seu Prefeito ou Vice-Prefeito;
- II. Participar das eleições da entidade, obedecidas as disposições do presente Estatuto;
- III. Apresentar propostas pertinentes aos objetivos da entidade.

Artigo 31 - Serão deveres dos Municípios associados à entidade:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II. Atender à convocações da Assembléia Geral;
- III. Participar das atividades da entidade e apoiá-la;
- IV. Colaborar para o fortalecimento da entidade e a defesa de suas causas;
- V. Contribuir financeiramente com a entidade, quitando no prazo determinado as contribuições fixadas pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO DÉCIMO-SEGUNDO DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Artigo 32 - O patrimônio da Frente de Prefeitos Mineiros será constituído de:

- I. Contribuições dos Municípios associados, conforme valores e prazos fixados pela Assembléia Geral;
- II. Contribuições voluntárias dos Municípios associados;
- III. Doações, contribuições ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado;
- IV. Auxílio e subvenções de instituições públicas ou privadas;
- V. Rendimentos de capitais e operações de créditos;
- VI. Quaisquer outros recursos ou rendimentos revertidos regularmente em seu favor.



Artigo 33 - Em caso de extinção da entidade, seu patrimônio reverterá em benefício de entidade congênere sem fins lucrativos, sendo que a escolha da entidade beneficiada se dará conforme votação por maioria absoluta dos presentes, em Reunião de Extinção, a ser convocada exclusivamente para este fim, sendo integrantes desta Reunião e tendo direito a voz e voto as pessoas naturais que são ou já foram ocupantes de cargos de Prefeito ou Vice-Prefeito de Municípios algum dia associado à **Frente de Prefeitos Mineiros**.

Artigo 34 - Os Municípios associados não respondem pelas obrigações assumidas pela entidade.

CAPÍTULO DÉCIMO-TERCEIRO **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 35 - Não haverá nenhuma distinção entre os Municípios associados à entidade em razão do vínculo político-partidário e/ou de convicção ideológica do Prefeito Municipal ou seu Vice-Prefeito.

Artigo 36 - As alterações no presente Estatuto, bem como a dissolução da entidade, somente serão efetivadas mediante aprovação, por maioria absoluta dos presentes, em Assembléia Geral convocada para essa finalidade exclusiva.

Artigo 37 - A representação dos municípios na **Frente de Prefeitos Mineiros** se dará pelo Prefeito ou pelo Vice-Prefeito, sendo que este deverá apresentar ofício de lavra do Prefeito para representa-lo, que será retido em ata.

Artigo 38 - A exclusão de associados apenas se dará havendo justa causa, após deliberação da Assembléia Geral por maioria dos associados presentes.

Artigo 39 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela Presidência e referendados pela Assembléia Geral.

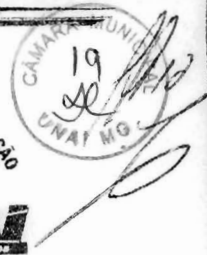
O presente estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada no dia 11/12/2003. E alterado em seus arts. 4º II; 6º II; 13-A; 22; 28 e parágrafo único do art.28, na Assembléia Geral de 04 de dezembro de 2008.

Ouro Preto, 04 de dezembro de 2008.

José Bonifácio Mourão
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



LEI N.º 2.342, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

Publicado no Quadro de Avisos,
Saguão da Prefeitura

n.º 23 / 20 / 2005.

Jaílson G. R. Gonçalves
SERVIDOR RESPONSÁVEL

Autoriza o Município de Unaí (MG) associar-se à Frente de Prefeitos Mineiros e dá outras providências.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Unaí (MG) autorizado a associar-se à Frente de Prefeitos Mineiros, inscrita no CNPJ sob o nº 06.284.833/0001-08, para a consecução das seguintes finalidades:

I – defender o princípio constitucional da autonomia municipal;

II – defender e promover os interesses, objetivos e necessidades dos municípios na interlocução com os Poderes Executivo e Judiciário e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e seus membros, na esfera estadual; com os Poderes Executivo e Judiciário, Câmara dos Deputados e o Senado, na esfera federal; bem como as empresas e quaisquer instituições de natureza estadual;

III – defender e promover os direitos dos municípios, quando desrespeitados ou ameaçados nas instâncias do Poder Judiciário;

IV – defender e promover os interesses, objetivos e necessidades dos municípios na interlocução com a sociedade civil, em seu todo, com as organizações não governamentais, as empresas privadas, a imprensa e os cidadãos, especificamente;

V – promover a realização de estudos, congressos, seminários, palestras, encontros e outros eventos e ações direcionadas ao aprimoramento da administração pública; a eficiência e a eficácia dos serviços públicos e o desenvolvimento social, humano, político, econômico e urbano dos municípios;

VI – subsidiar os municípios associados com estudos técnicos e publicações direcionadas para o desempenho eficiente da função pública;

VII – articular programas e projetos de cooperação internacional a serem desenvolvidos pelos municípios associados; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 2 da Lei n.º 2.342, de 13/10/2005)

VIII – cooperar com outras entidades representativas dos municípios para a consecução de objetivos comuns.

Art. 2º Igualmente autorizado, o Poder Executivo contribuirá, mensalmente, com a importância fixa correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único. A contribuição mensal definida no *caput* deste artigo será reajustada conforme deliberação da Assembléia Geral da Entidade.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por decreto, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para atender as despesas decorrentes das contribuições referentes aos meses de agosto a dezembro do exercício de 2005, conforme dotação orçamentária discriminada abaixo:

I – 01.01.01.04.122.0004.2081.3.3.70.41.00 – Contribuições (Ficha 32).

Art. 4º Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes da abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 3º desta Lei serão os provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

I – 01.02.01.04.131.0004.2071.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 47).

Art. 5º Deve ser consignada dotação própria para a mesma finalidade nos orçamentos futuros.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 13 de outubro de 2005; 61º da Instalação do Município.


ANTÉRIO MÂNICA
Prefeito





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 3 da Lei n.º 2.342, de 13/10/2005)

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Secretário Municipal de Governo



M. Gefap,



Para empenho referente a 6 (seis) parcelas
de R\$ 1.000,00 (um mil-reais).

30/06/2009


José Maria Nunes
Secretário de Governo



90º Encontro de Prefeitos das Cidades Pólo de Minas Gerais



Município: a causa que defendemos!

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

02/07/2009 – quinta-feira – 09:00 hs – River Palace Hotel

Abertura do 90º Encontro de Prefeitos das Cidades Pólo e saudação do Prefeito Vladimir Faria de Azevedo aos Senhores Prefeitos, Prefeitas e Convidados.

01) Providências advindas do 89º Encontro, em Poços de Caldas:

- Reunião com o Procurador Geral de Justiça sobre atuação do MP Estadual;
- Reunião com o Presidente do Tribunal de Contas de MG sobre o SIACE;
- Repercussões da Audiência Pública no STF - liminares para fornecimento de Medicamentos – Carta das Cidades Pólos aos Ministros do STF;
- Iluminação Pública – Reunião com o Vice-Presidente da CEMIG e Ex-Prefeito de Patos de Minas, Arlindo Porto;

02) Fórum Mineiro de Procuradores-Gerais das Cidades-Pólo e Municípios Fundadores – Marco Antônio Teixeira – Procurador-Geral de Belo Horizonte;

03) Renegociação da dívida com a União: revisão dos índices – Anderson Adaute e Marília Campos – Prefeitos de Uberaba e Contagem, respectivamente;

04) Repasse extra do FPM e o que mais pode ser proposto para auxílio aos Municípios diante da crise financeira;

05) A extensão da crise econômica nas finanças municipais – Fernando Pimentel – Economista e Ex-Prefeito de Belo Horizonte;

12:30 hrs – Almoço do grupo de Prefeitos, Prefeitas, Primeiras Damas e convidados

14:00 hrs – Reabertura dos Trabalhos

06) Procedimentos para rápida aprovação de projetos para convênios/programas Estaduais e Federais – Bonifácio Mourão – Secretário adjunto de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais;

07) Curso de Gestão Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas para Municípios – Anna Carla Duarte Chrispim – Procuradora da Fazenda Nacional e Diretora Centro de Treinamento da ESAF em Minas Gerais.

08) Deliberações da reunião do Pleno do Comitê de Articulação Federativa (CAF) – Despesas não afetas ao município – Eduardo Carvalho – Prefeito de Varginha;

*Coordenação: Erick Nilson Souto – R. Santa Rita Durão, 74/204 – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.140-110 – Telefax (31) 3223 8039 - erick@souto.adv.br*



ENCONTRO DE PREFEITOS DAS
CIDADES PÓLO DE MINAS GERAIS

DIVINÓPOLIS

02 e 03 de Julho de 2009

90º Encontro de Prefeitos das Cidades Pólo de Minas Gerais



Município: a causa que defendemos!

- 09) MP 457 – Parcelamento das dívidas com o INSS;
- 10) Alteração na forma de cálculo da retenção do PASEP;
- 11) Portaria 844/08 do FNDE – Exclusão dos inativos das despesas com educação;

20:00 horas – Jantar oficial de Confraternização.

Recepção do Prefeito Vladimir Faria de Azevedo e autoridades locais, aos Senhores Prefeitos, Prefeitas, Primeira Damas e visitantes.

03/07/2009 – sexta-feira – 09:00 hs – Reabertura dos trabalhos

- 12) Fortalecimento do Pacto Federativo – repartição das receitas tributárias;
- 13) Equilíbrio contratual e possibilidade de redução;
- 14) Frente Mineira de Prefeitos – Atuação e objetivos futuros;
- 15) Utilização de créditos tributários pela Petrobrás no pagamento da CIDE do Petróleo e a queda do repasse da cota-parte dos municípios de Janeiro a março de 2009;
- 16) Cessão de imóveis da Rede Ferroviária Federal aos Municípios;
- 17) Pauta Livre – Troca de experiências administrativas.
- 18) Carta de Divinópolis, avaliação do Encontro e definição da data e local do 91º.

A sua sugestão de temas a serem levantados no Encontro será bem vinda, por isso anote os assuntos e traga suas experiências para serem compartilhadas.

- ✓ Haverá, paralelamente ao Encontro, programação especial para as Primeiras Damas
- ✓ Hospedagem indicada e local do Encontro: **River Palace Hotel, Rua Pernambuco, nº 154, centro, telefone (37) 3212-1221**, e-mail: river@riverpalacehotel.com.br, onde os senhores podem fazer suas reservas o quanto antes, informando apenas que são as vagas destinadas ao Encontro de Prefeitos das Cidades Pólo.

Coordenação: Erick Nilson Souto – R. Santa Rita Durão, 74/204 – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.140-110 – Telefax (31) 3223 8039 - erick@souto.adv.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

Publicado no Quadro de Avisos,
no Saguão da Prefeitura
Em 26/11/2008.

Cláudio B. R. Baral
SERVIDOR RESPONSÁVEL

Autoriza a destinação de recursos públicos para o setor privado; dispõe sobre o Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos públicos para o setor privado, observado o Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições de que trata esta Lei.

Art. 2º O Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições, identificado pela sigla PDPASC, para o exercício de 2009, a que alude o inciso XXIX do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, reger-se-á por esta Lei.

Art. 3º A concessão de auxílios, subvenções sociais e contribuições, para o exercício de 2009, far-se-á com recursos oriundos do orçamento do Município, observada a distribuição prevista nos Anexos I, II e III, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. A concessão de que trata o *caput* deste artigo obedecerá rigorosamente às normas estatuídas pela Lei n.º 2.358, de 21 de fevereiro de 2006, c/c o Decreto n.º 3.353, de 28 de abril de 2006.

Art. 4º Fica autorizado aporte adicional de recursos públicos correspondente a no máximo 10% (dez por cento) do valor previsto para cada entidade a que alude os Anexos I, II e III desta Lei.

Parágrafo único. O aporte de recursos públicos a que alude o *caput* deste artigo será originado de dotações orçamentárias que não estejam previamente comprometidas com auxílios, subvenções sociais e contribuições.

Art. 5º A concessão de auxílios, subvenções sociais e contribuições a pessoas jurídicas e a pessoas físicas que não estejam discriminadas nos Anexos I, II e III desta Lei, somente se efetivará por lei específica, com a sua respectiva inclusão no anexo correspondente desta Lei, obedecidas, todavia, as normas estatuídas pela Lei n.º 2.358, de 2006 e seu decreto regulamentar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



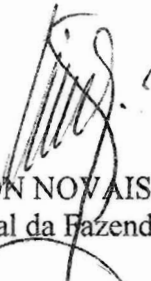
(Fls. 2 da Lei n.º 2.572, de 26/11/2008)

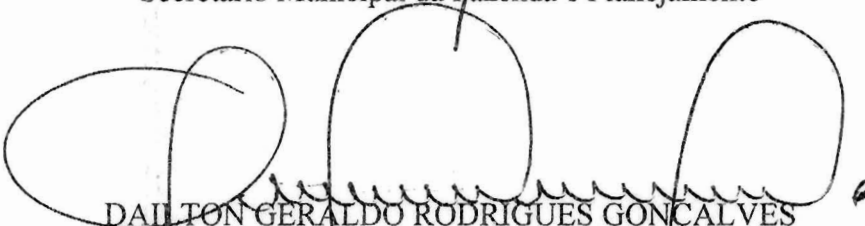
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 26 de novembro de 2008; 64º da Instalação do Município.


ANTÉRIO MÂNICA
Prefeito


JOSE FÁRIA NUNES
Secretario Municipal de Governo


WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento


DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Assessor Executivo de Governo/Coordenador Geral do
Serviço Especial para Assuntos Legislativos – Sealegis



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 3 da Lei n.º 2.572, de 26/11/2008)

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: AUXÍLIOS		
Número de Ordem	Entidade	Valor R\$
001	Associação de Romeiros de Santo Antônio do Boqueirão	4.000,00
002	Abrigo Frei Anselmo da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP – de Unaí	15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 4 da Lei n.º 2.572, de 26/11/2008)

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: SUBVENÇÕES SOCIAIS		
Número de Ordem	Entidade	Valor R\$
001	Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais – Cepasa	65.000,00
002	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí – Apae (recursos federais)	58.396,80
003	Associação Mão Amiga (recursos federais)	9.000,00
004	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae	83.500,00
005	Abrigo Frei Anselmo da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP – de Unaí	65.000,00
006	Associação Mão Amiga	76.489,60
007	Associação Recicla Unaí – Areuna	55.000,00
008	Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí	45.000,00
009	Província Carmelitana de Santo Elias	39.367,30
010	Conselho Central de Unaí da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP	45.000,00
011	Associação Beneficente Natal Justino da Costa	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 5 da Lei n.º 2.572, de 26/11/2008)

ANEXO III A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: CONTRIBUIÇÕES		
Número de Ordem	Entidade	Valor R\$
001	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater	85.140,00
002	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas – Fadenor	13.980,00
003	Associação Mineira de Municípios – AMN	13.500,00
004	Associação dos Municípios da Micro-Região do Noroeste de Minas – Amnor	85.000,00
005	Unaí Futebol Clube	66.400,00
006	Associação de Cabeleireiros, Barbeiros e Similares de Unaí	1.800,00
007	Liga Desportiva Unaiense	22.308,00
008	Associação dos Artesãos de Unaí	8.000,00
009	Associação dos Profissionais da Educação do Noroeste Mineiro – Aprenom	11.610,00
010	Associação Comunitária Amigos de Unaí – Acau	13.000,00
011	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Saco Grande	5.202,83
012	Sindicato dos Produtores Rurais de Unaí	30.000,00



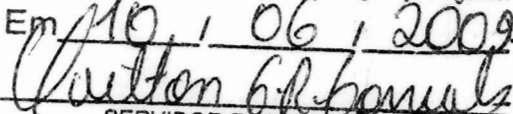
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

Publicado no Quadro de Publicações da Prefeitura e/ou na Rede Mundial de Computadores (Internet), na forma da Lei Orgânica Municipal e da legislação vigente.

Em 10 / 06 / 2009

SERVIDOR RESPONSÁVEL

Altera a Lei n.º 2.572, de 26 de novembro de 2008, que “autoriza a destinação de recursos públicos para o setor privado; dispõe sobre o Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições...”; autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outra providência.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do artigo 3º da Lei n.º 2.572, de 26 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A concessão de auxílios, subvenções sociais e contribuições, para o exercício de 2009, far-se-á com recursos oriundos do orçamento do Município, observada a distribuição prevista nos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º O *caput* do artigo 4º da Lei n.º 2.572, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Fica autorizado aporte adicional de recursos públicos correspondente a no máximo 10% (dez por cento) do valor individualizado previsto nos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

.....” (NR)

Art. 3º O artigo 5º da Lei n.º 2.572, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A concessão de auxílios, subvenções sociais e contribuições a pessoas jurídicas que não estejam discriminadas nos Anexos I, II e III desta Lei, somente se efetivará por lei específica, com a sua respectiva inclusão no anexo correspondente desta Lei, obedecidas, todavia, as normas estatuídas pela Lei n.º 2.358, de 2006 e seu decreto regulamentar.” (NR)

Art. 4º A Lei n.º 2.572, de 2008, fica acrescida do seguinte artigo 5º-A:

Praça Jk, s/n. - CEP 38610-000 - Fone (38) 3677-9610 - Unaí - MG

Home page: www.prefeituraunai.mg.gov.br e-mail: prefeitura@prefeituraunai.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 2 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

“Art. 5º-A. O Anexo IV desta Lei compreende os auxílios a pessoas físicas sob a denominação ‘Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas’ e sua concessão observará rigorosamente o disposto na Lei n.º 2.358, de 2006 e seu decreto regulamentar.” (NR)

Art. 5º Os Anexos II e III da Lei n.º 2.572, de 2008, passam a vigorar com a redação dada pelos Anexos I e II desta Lei.

Art. 6º A Lei n.º 2.572, de 2008, fica acrescida do Anexo IV com a redação dada pelo Anexo III desta Lei.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para atender à programação discriminada no Anexo IV desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional especial estão especificados no Anexo V desta Lei.

§ 2º A vigência do crédito adicional especial autorizado no *caput* deste artigo está em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

§ 3º O presente crédito adicional especial destina-se a viabilizar o repasse de recursos públicos à Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – Anmecc –, observada a legislação vigente.

Art. 8º Os créditos adicionais suplementares necessários ao financiamento das despesas adicionais decorrentes desta Lei serão abertos por meio de anulação de dotações orçamentárias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 10 de junho de 2009; 65º da Instalação do Município.


ANTÉRIO MÂNICA
Prefeito



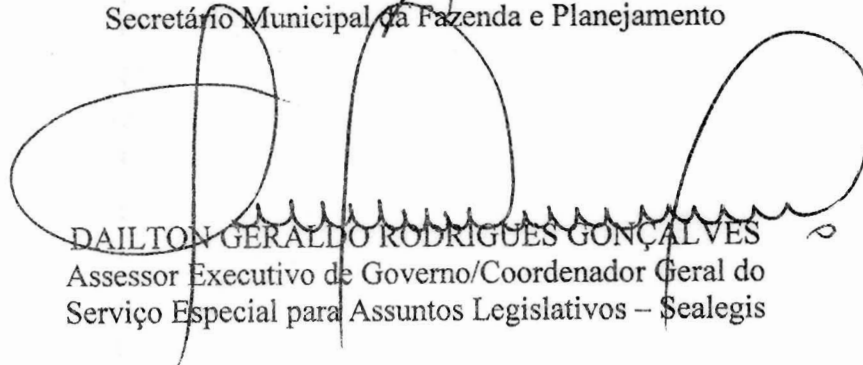
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 3 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)


JOSE MARIA NUNES
Secretário Municipal de Governo

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento



DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Assessor Executivo de Governo/Coordenador Geral do
Serviço Especial para Assuntos Legislativos – Sealegis



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 4 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 5º DA LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

“ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: SUBVENÇÕES SOCIAIS		
Número de Ordem	Entidade	Valor R\$
001	Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais – Cepasa.	65.000,00
002	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unaí – Apae (recursos federais)	58.396,80
003	Associação Mão Amiga (recursos federais)	43.450,00
004	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae	83.500,00
005	Abrigo Frei Anselmo da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP – de Unaí	65.000,00
006	Associação Mão Amiga	85.179,60
007	Associação Recicla Unaí – Areuna	60.000,00
008	Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí	45.000,00
009	Província Carmelitana de Santo Elias	67.486,80
010	Conselho Central de Unaí da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP	60.000,00
011	Associação Beneficente Natal Justino da Costa	60.000,00
012	Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – ANMECC	40.000,00

” (NR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 5 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 5º DA LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

“ANEXO III A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: CONTRIBUIÇÕES		
Número de Ordem	Entidade	Valor R\$
001	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater	85.140,00
002	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas – Fadenor	13.980,00
003	Associação Mineira de Municípios – AMN	13.500,00
004	Associação dos Municípios da Micro-Região do Noroeste de Minas – Amnor	85.000,00
005	Unaí Futebol Clube	66.400,00
006	Associação de Cabeleireiros, Barbeiros e Similares de Unaí.	1.800,00
007	Liga Desportiva Unaiense	22.308,00
008	Associação dos Artesãos de Unaí	8.000,00
009	Associação dos Profissionais da Educação do Noroeste Mineiro – Aprenom	11.610,00
010	Associação Comunitária Amigos de Unaí – Acau	13.000,00
011	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Saco Grande	5.498,70
012	Sindicato dos Produtores Rurais de Unaí	30.000,00

”(NR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 6 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

ANEXO III A QUE SE REFERE O ARTIGO 6º DA LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

“ANEXO IV A QUE SE REFERE A LEI N.º 2.572, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: AUXÍLIOS		
Número de Ordem	Elemento	Valor R\$
001	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	50.000,00

”(NR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 7 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

ANEXO IV A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º DA LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

Item de Classificação	Código	Descrição	Valor R\$
Órgão	02	Prefeitura Municipal de Unaí	40.000,00
Unidade	05	Secretaria Municipal da Saúde	
Subunidade	04	Departamento de Saúde	
Função	10	Saúde	
Subfunção	845	Transferências	
Programa	0086	Apoio a Entidades	
Ação	0014	Transferência de Recursos a Entidades – Auxílios, Subvenções e Contribuições.	
Natureza da Despesa	3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG



(Fls. 8 da Lei n.º 2.594, de 10/6/2009)

ANEXO V A QUE SE REFERE O § 1º DO ARTIGO 7º DA LEI N.º 2.594, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

Item de Classificação	Código	Descrição	Valor R\$
Órgão	02	Prefeitura Municipal de Unaí	40.000,00
Unidade	10	Secretaria Municipal de Serviços Rurais	
Subunidade	02	Departamento de Estradas de Rodagem	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	605	Abastecimento	
Programa	0084	Desenvolvimento Rural	
Ação	2220	Construção ou Recuperação das Estradas Vicinais do Município e Cercamento	
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	